

DISSEMINAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AOS ATORES GOVERNAMENTAIS DAS PASTAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E OBRAS DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE/AP

Autor: Mauro de Lima Souza

Curso: Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

E-mail: mauroguerreirosouza@gmail.com

Instituição de Ensino: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

Orientadora: Msc. Marcilene Isaira Baia do Nascimento

RESUMO

Este Projeto de intervenção desenvolve uma proposta para viabilizar a localização da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU). A partir do diagnóstico do desconhecimento da Agenda no caso do Município de Oiapoque, Amapá -região que apresenta problemas recorrentes da falta de infraestrutura ambiental; questões de conscientização quanto à preservação do meio ambiente; ausência de políticas públicas ou projeto governamental que desperte o interesse público e da gestão municipal para a viabilização dos ODS, o objetivo deste projeto é propor ações para implementar, disseminar e construir junto aos atores governamentais de Oiapoque os Objetivos da Agenda, principalmente mobilizando os atores das secretarias de saúde, educação, meio ambiente e obras à necessidade de produzir novas práticas de construção de políticas públicas, com vistas à qualidade de vida coletiva, à preservação dos valores ambientais e socioculturais, medidas que possibilitam o acesso universal e equitativo de condições de saúde, educação e auto sustentabilidade social.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030; Oiapoque-AP; Disseminação; Políticas Públicas.

SUMÁRIO

1 Introdução	03
2 Problema	03
3 Justificativa	05
4 Objetivos	07
4.1 <i>Objetivo geral</i>	07
4.2 <i>Objetivos específicos</i>	07
5 Referencial Teórico	08
6 Metodologia	12
7 Cronograma	17
8 Recursos necessários	17
10 Resultados esperados	17
Referências bibliográficas	18

1 INTRODUÇÃO

O município é responsável pela implementação de Políticas Públicas voltadas para o bem estar da sociedade de forma que proporcione o desenvolvimento social, econômico e ambiental, este é o papel fundamental dos entes públicos subnacionais.

Conforme LEME (2010), A Constituição de 1988 elevou os municípios a entes federados, que passam a ter autonomia para se auto-organizarem, elegerem seus representantes, elaborarem suas leis e arrecadarem tributos próprios. Os municípios passaram, então, a assumir uma série de competências com relação a diversas políticas públicas. Mesmo que de forma compartilhada com outros entes da federação, os municípios passaram a ser protagonistas para diversas políticas. O artigo 23 da Constituição Federal enumera uma série de competências comuns com os diferentes entes da federação. Além disso, o capítulo 30 reafirma que as questões de caráter local são de competência dos municípios.

O principal objetivo deste Projeto de Intervenção é despertar nos gestores o conhecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis para que sejam disseminados entre a gestão de cada pasta, formar multiplicadores, conscientes e conhecedores das ações internalizadas e efetuar o alinhamento intersetorial e Desenvolvimento de atividades fins, em seus projetos e programas de modo que seja implementado o alinhamento e associação das metas e objetivos nos setores regionais de atividades sociais, econômicas e ambientais no Município.

Desse modo estabelecemos um plano plano de ação de disseminação dos ODS aos gestores do Município, após essas ações iniciais de conscientização poderá ser feito o alinhamento dos programas e projetos vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS.

2 PROBLEMA

A Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) faz parte de um Protocolo Internacional assinado por 193 países, na Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU). Os ODS significam um apelo universal, liderada pela ONU, à ação de acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. “Transformando Nosso

Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” foi o tema e o objetivo principal firmado na carta assinada pelos países que adotaram o desafio.

Foram definidos 17 Objetivos, que nasceram na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012. O objetivo foi produzir um conjunto de objetivos que suprisse os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes que o mundo enfrenta. Além disso, a Agenda é constituída de por 169 metas e 323 indicadores a serem cumpridos até 2030.

O Brasil, como sede da Conferência Rio+20, teve um importante papel na construção da Agenda e na promoção de amplo diálogo realizado com a sociedade civil e governos, com o propósito de não deixar ninguém para trás. Em setembro de 2015, o Governo Brasileiro assumiu o compromisso de adotar um modelo de desenvolvimento sustentável, com metas a serem alcançadas até 2030.

No contexto geral a Agenda 2030 marco referencial para adoção de medidas mensuráveis de desenvolvimento sustentáveis a serem implementados nas regiões subnacionais envolvendo diversos atores de todos os setores, alicerçados nos pilares da sustentabilidade e desenvolvimento econômico e social.

Os Objetivos e Metas, considerados estímulos de uma ação para os anos firmados, alcançam áreas-chave de ação das políticas: **Pessoas:** Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável. **Planeta:** Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras. **Prosperidade:** Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza. **Paz:** Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável. **Parceria:** Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Os desafios de estruturação dos ODS são um problema de estruturação das próprias políticas públicas nacionais e subnacionais, portanto uma necessidade premente para implementação nos entes subnacionais (Enap, 2018).

No nível municipal, um dos casos experimentais de localização do conhecimento e da implementação da Agenda seria o caso do Município de Oiapoque, um município amazônico, no Estado do Amapá, que, além de toda a estrutura natural que possui, e de povos nativos, pode ser um experimento prático local de tornar a Agenda conhecida, além de um exemplo de poder tornar concreta a implementação dos ODS em nível local.

Sendo assim, este projeto de intervenção parte da seguinte proposição: quais ações podem ser desenvolvidas para levar o conhecimento da Agenda 2030 para os atores governamentais do município de Oiapoque? Quais tipos de ações iniciais esses atores governamentais podem criar para atender a Agenda 2030?

3 JUSTIFICATIVA

A razão da escolha do projeto de Intervenção se justifica tendo em vista que as ações sociais e as políticas públicas implementadas pela Prefeitura Municipal de Oiapoque estão **dissociadas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis**, tendo como fator principal o desconhecimento por todos gestores das secretarias e setores afins dos 17 ODS's, havendo a necessidade de intervenção e um plano com ações coordenadas para difusão e conscientização dos atores da administração pública municipal.

Para que se estabeleça a vinculação dos ODS, as competências municipais suas responsabilidades e as propostas contidas nos planos de governo devem estar refletidas no que se convencionou chamar de leis do sistema orçamentário, que nada mais são que o Plano Plurianual (PPA) e as Leis Orçamentárias – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) –, as quais serão elaboradas no primeiro ano da gestão.

O município de Oiapoque-AP ainda precisa adequar suas ações governamentais para atender as especificidades que a agenda pressupõe, este projeto de intervenção parte da seguinte proposição:

Como primeira ação municipal deve ser estabelecido um Plano Municipal de Disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, onde as

propostas contidas nos planos de governo devem ser estudadas e devem refletir no que se convencionou chamar de leis do sistema orçamentário, tais como o Plano Plurianual (PPA) e as leis orçamentárias – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) , as quais são elaboradas no primeiro ano da gestão.

No Plano Plurianual, deverá ser feito a integração dos investimentos que serão realizados nos próximos quatro anos pelo Município. Nessas leis do sistema orçamentário, devem estar garantidos os recursos necessários, a vontade política, os instrumentos e a mobilização que promovam o cumprimento dos ODS e das suas respectivas metas, de forma complementar, o Município também tem como obrigação elaborar planos específicos de outras áreas como os planos municipais de Saúde, de Educação, de Assistência Social, de Gestão de Resíduos Sólidos, Plano Diretor, entre outros devidamente alinhados com os ODS.

Como base para ações do Plano de Ação Municipal para Disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS`s no Município de Oiapoque, propomos com base no Guia produzido pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM a incorporação de 7 passos, os quais são :**Sensibilizar e defender a ideia** A partir da decisão de adotar a Agenda 2030 como estratégia de governo, o(a) prefeito(a) deve iniciar o trabalho de sensibilização pela sua própria equipe de secretários. Após o alinhamento da liderança, cada secretário(a) poderá ser multiplicador(a) dos valores e princípios que revestem a Agenda 2030 para o restante da equipe: diretores, assessores, técnicos. **Levantar a situação atual em relação aos ODS**; Conhecer a situação do Município de Oiapoque em relação aos ODS requer um trabalho de levantamento de dados e informações e sua análise comparativa em relação à situação do país, do Estado, da região ou de Municípios semelhantes. **Identificar as reais necessidades e definir prioridades.** A análise conjunta de indicadores que representem um retrato da Agenda 2030 e o uso de outras ferramentas de diagnóstico levam à consciência dos diferentes atores envolvidos sobre as suas necessidades locais.

Essa é uma forma de negociar e firmar parceria com a comunidade, realizando, ao mesmo tempo, uma atividade de fortalecimento de capacidades (por ensinar a tomar decisões com base em evidências sobre a realidade) e estimulando a responsabilidade compartilhada em relação aos compromissos que serão assumidos. Obviamente, as necessidades serão muitas nos Municípios, provavelmente maiores do que o que os recursos disponíveis poderão atender.

Preparar os instrumentos de planejamento e gestão orçamentária - O Plano Plurianual (PPA) é uma exigência da Constituição Federal (art. 165, parágrafo primeiro), devendo, portanto, ser elaborado por todos os Municípios. Construir um PPA alinhado à Agenda 2030 e aos ODS ampliará a sua relevância não apenas em âmbito local, como também para outras esferas (estadual, nacional e global). A cada objetivo deve corresponder um programa de governo que, por sua vez, deve corresponder a uma ou mais ações. O PPA deve incluir instrumentos de monitoramento e avaliação dos programas alinhados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, para que, constantemente, a equipe de gestores municipais e outros atores reflitam e aprendam sobre o mérito e a relevância de suas escolhas. **Estabelecer estratégias de implementação e firmar parcerias** - A implementação é, sem dúvida, a fase mais crítica de todo o processo. Fimar Parcerias para ampliar recursos: tendo em vista a crise de recursos financeiros que os Municípios estão enfrentando, é preciso buscar parceiros para co-financiar ou apoiar iniciativas, de forma a maximizar as possibilidades de sucesso e implementação da Agenda 2030, **Construir mecanismos de governança** para que se busque a convergência dos interesses de atores direta e indiretamente envolvidos ou afetados pelas atividades de uma organização (no caso, as políticas públicas municipais). Nessa situação, os interesses devem estar voltados para o bem comum, de forma que este prevaleça sobre os interesses individuais de pessoas ou grupos (NARDES, 2016). **Monitorar e avaliar: rever estratégias e registrar o legado** onde cada ODS está associado um conjunto de metas e, a elas, um conjunto de indicadores.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivos Gerais

Propor ações que viabilizem a disseminar e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis no Município de Oiapoque-AP.

5.2 Objetivos Específicos

- Disseminar o conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis;

- Propor ações intersetoriais para estimular políticas públicas integradas;
- Estimular o planejamento dos programas alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis em todas as atividades e ações sociais, econômicas e ambientais da gestão pública.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

A disseminação dos Objetivos de desenvolvimento Sustentáveis nasceu da necessidade quando o Brasil na Conferência Rio + 20 em 2012, assumiu um importante compromisso para implementar em todos os níveis nacionais e subnacionais os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, esse compromisso se tornou meta específica para o Brasil somente em setembro de 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, na Organização das Nações Unidas (ONU), onde Países do mundo inteiro se comprometeram a tomar medidas urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável, cumprindo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - os ODS, as 169 metas que visam estimular as ações dos países até 2030 em áreas de grande importância: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.

Segundo pesquisa publicada pelo Instituto estrategiaods.org demonstrou que 49 % (quarenta e nove) por cento dos brasileiros não sabem o que são os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, isso nas grandes capitais. Com base na pesquisa publicada, observa-se que estados do Centro Oeste, sul e sudeste já desenvolvem estudos e implementações das ODS, em especial alguns municípios, inclusive com a vinculação aos Programas tais como PPA.

A região norte, com exceção de alguns municípios do Estado do Pará, não conseguiram ainda implementar em subnível tais objetivos, portanto, é necessário uma intervenção, com base nos dados levantados de pesquisa de órgãos específicos como IBGE e IPEA.

Um dos grandes desafios para que se possa realizar novo arranjo institucional com adaptação dos programas e vinculação dos ODS's, é a formatação de novos arranjos de política pública Municipal em um contexto institucional avesso a novidades, complexa e adversa, romper o paradigma de um novo arranjo com alinhamento das políticas subnacional esse é o grande desafio.

A imersão deste novo arranjo depende da verticalização e horizontalidade das ações do governo nacional para sustentação da Política dos entes subnacionais, onde o maior desafio é intersectoriedade e integração das políticas pública nos eixos, esse é desafio. Neste contexto, estudos mostram um avanço no Brasil nas políticas públicas intersectoriais metropolitanas e municipais (urbanas e ambientais) a partir de uma abordagem qualitativa.

Lotta e Favareto (2014, p. 3) afirmam que:

A última década vem sendo considerada um período de êxito na trajetória recente do desenvolvimento brasileiro. Após duas décadas de crescimento econômico pífio, o país retomou uma trajetória ascendente, a pobreza caiu significativamente e continuamente no período e esses fatores foram acompanhados de uma inédita redução da desigualdade. Mas esses resultados positivos não devem encobrir o fato de que, nas políticas públicas, é necessário um processo de permanente inovação, sob pena de se ver os resultados alcançados perderem sua capacidade de seguir alterando positivamente os indicadores econômicos ou sociais. Aomenostrêsestudosrecentesfazemconsideraçõesna mesma direção. Um deles é o recém publicado relatório da OCDE (2013), Territorial Review – Brazil. Ali se afirma que a última década foi marcada por avanços nos indicadores agregados e de desenvolvimento regional no Brasil.

Os resultados subnacionais mostram avanços, porém, os programas estão desvinculados dos interesses dessas políticas, o que consolida a afirmação de que, na prática das ações e objetivos, há necessidade de que haja investimentos em áreas não prioritárias em todo o conjunto de políticas urbanas setoriais, pois há ausência da interlocução com as condicionantes ambientais, urbanísticas, paisagísticas e sociais como suporte material e imaterial no desenvolvimento, implementação e resultados, há inexistência de um desenho político ao controle social e urbano da área após finalização, e ausência da participação social no processo decisório, tudo isso traz a reflexão da importância de que seja desenvolvida ações imediatas de intervenção, pois não há tempo mais para repensar ações, mas sim fazer intervenções intersectoriais na gestão públicas.

Nascimento (2010, p.3) problematiza que a:

A incorporação da intersectorialidade nas políticas públicas trouxe a articulação de saberes técnicos, já que os especialistas em determinada área passaram a integrar agendas coletivas e compartilhar objetivos comuns. Nesta perspectiva, a intersectorialidade pode trazer ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, bem como para a organização das políticas públicas centradas em determinados territórios. Ao mesmo tempo, abrem-se novos problemas e desafios relacionados à superação da fragmentação e à articulação das políticas

públicas, sobretudo se considerarmos a cultura clientelista e localista que ainda vigora na administração pública.

Portanto a interação entre atores subnacionais e as articulações políticas e superação dos desafios de alinhamento dos ODS perpassa pelo desafio de desfragmentação das ações isoladas de cada programa ou projeto de atividade municipal, é necessário que haja sobretudo a interação e integração de todas atividades desenvolvidas até então centralizadas.

Prisco (p. 6) também descreve que:

A intersetorialidade, por ser um fenômeno multidimensional, é entendida de diversas formas. Como infere Pereira (2012), ela é apresentada na bibliografia como: “articulação, soma, síntese, unidade, rede, superação da fragmentação”. Além dessas expressões, é possível encontrar outras, tais como: integração, sinergia, modelo / estratégia / lógica de gestão, interface, inter-relação, entre outros.

A intersetorialidade das políticas deve ser planejada de forma que, alcance também objetivos comuns e integração das ações, até então isoladas, onde cada gestor atua com ações independentes, sem observar que, integradas proporcionam melhores resultados para a Gestão Pública em todos os eixos, sociais, econômicos e ambientais.

Ações desintegradas de política nacional com a regional geram apenas desigualdades sociais, os escassos recursos de repasse e desintegração das ações subnacionais elevam os índices de ineficiência de alcance dos programas sociais nas sub-regiões, onde o principal foco da política pública está no desenvolvimento regional sem observar as deficiências sociais.

Borges (2013, p. 13) destaca que:

Entre os desafios da polarização de investimentos inter-relacionados no continente para agregação de valor nas distintas cadeias de produção está a sua complementação por políticas sociais e ambientais, com potencial relevante de fortalecimento das condições de desenvolvimento humano, para a redução da pobreza e da precariedade do trabalho, em um processo de desenvolvimento mais sustentável na integração dos fatores produtivos. Nesse sentido, embora haja a disponibilidade brasileira de ofertar o seu capital social com respeito à institucionalidade para o planejamento, financiamento e gestão dos investimentos sul-americanos, o desafio do desenvolvimento social e econômico ambientalmente sustentável é uma novidade para o próprio país, o que torna ainda mais oportunas as diferenças de visão, de projetos e de iniciativas na convergência da política pública da Unasul, com destaque para uma política de desenvolvimento continental.

A descentralização de ações por parte da Federação para os Municípios, de certa forma, abrupta, sem que os entes subnacionais estivessem preparados para assumir responsabilidades, até então, de competência nacional, resultou em ações desintegradas.

Pamplona (2012, p. 7) contextualiza de onde vem as consequências dessas ações desintegradas:

A reforma, dirigida por uma elite com viés tecnocrático e caracterizada pela insuficiência de mecanismos de coordenação, manteve a fragmentação de ações, aprofundando as distorções, na medida em que não foi acompanhada de uma redefinição das atribuições correspondentes a cada esfera. Isso gerou um ambiente de instabilidade, no qual se observou aumento das transferências automáticas, baixo controle sobre a execução dos recursos e ampliação dos poderes tributários das instâncias subnacionais, desacompanhada de uma definição concreta das responsabilidades da União, dos estados e dos municípios (PALERMO, 2000).

No contexto geral das ações subnacionais, chegamos à conclusão que, se não houver planejamento e integração das políticas públicas para a municipalidade, a gestão desenvolve-se isoladamente, os reflexos são a deficiência de alcance das ações, sem uma ordenação central e de integração.

Ainda segundo Pamplona:

A falta de planejamento e de uma pactuação mais aprofundada acabou por impor aos municípios atribuições para as quais não estavam preparados, dada a descoordenação entre os fluxos de receitas e as responsabilidades que adquiriram. As próprias especificidades regionais, na ausência de regras claras que disciplinassem as relações federativas, contribuíram para potencializar os conflitos, dadas diferenças socioeconômicas e as demandas decorrentes (AFFONSO, 2000, p. 149)

Portanto, as políticas públicas devem ser integralizadas para que entes públicos atinjam os objetivos necessários para desenvolvimento regional.

Comerlato et. al. diagnosticam que:

O processo de descentralização das políticas públicas vem sendo operacionalizado no Brasil há, aproximadamente, duas décadas, requerendo o rompimento com as 'velhas concepções e práticas' que ainda permeiam as ações assistenciais em diferentes áreas. A atenção às demandas sociais dá-se, via de regra, de modo fragmentário, pontual, reparador e com sobreposições na oferta de programas, projetos e serviços. Assim, há a necessidade urgente de estimular alternativas na perspectiva de integralizar a atenção e o atendimento aos problemas sociais, uma vez que o mundo se tornou mais complexo e vem produzindo problemas e novas situações em que conhecimentos focalizados e fragmentados são

incapazes de explicar e nem a ação setorial, em si, é capaz de resolver (AKERMAN, 1998).

Por fim, esta é concepção para que haja ação de desenvolvimento de internalização do Projeto de Intervenção com integração dos setores chaves subnacionais para o desenvolvimento regional proposto.

7 METODOLOGIA

O tipo de pesquisa para a realização dos estudos, levantamento dos dados e nível de conhecimento por parte dos Gestores das Principais pastas da Administração da Prefeitura Municipal de Oiapoque se deu por intermédio de entrevista, com elaboração de questionários que foram eletronicamente (anexo I) preenchidos, demonstrando o nível de conhecimento sobre agenda 2030 e ODS com atores municipais.

Os dados levantados nortearam a decisão de intervenção para disseminação e implementação dos ODS aos Gestores das pastas de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Obras do município. A proposição do Projeto de Intervenção baseou-se também em relatório do **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA** como fonte de pesquisa primária.

Importante frisar que, no presente projeto de intervenção, não se estenderá inicialmente a outras Secretarias em vista ser um projeto experimental e avaliativo de implementação das ODS nas principais secretarias e assim podermos realizar o monitoramento e avaliação das metas e diagnósticos dos eventos, após a capacitação dos atores subnacionais.

A implementação dar-se com a vinculação e alinhamento no Plano Plurianual onde deverão ser apresentados os investimentos que serão realizados nos próximos quatro anos pela gestão. Nessas leis devem estar garantidos os recursos necessários, a vontade política, os instrumentos e a mobilização que garantam o cumprimento dos ODS e das suas respectivas metas, portanto, é primordial a conscientização dos setores envolvidos para formulação do novo PPA do município já associados aos ODS.

No roteiro de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS's nos Governos Subnacionais, há necessidade de que seja feito um Plano

Municipal de **Intervenção** para a difusão e conscientização com propósito de Sensibilização dos gestores das pastas de SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E OBRAS, cujo tema principal terá como título “Conhecendo os ODS no nível subnacional” e subtítulo “dificuldades de Localização das metas e Indicadores dos ODS no âmbito do Município de Oiapoque/AP.

Nesse contexto o conhecimento dos 17 objetivos proporcionará uma melhor percepção de cada um dos objetivos na vida social e no meio em que vivem, resultando em melhoria da qualidade de vida, conscientização da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais para as gerações futuras onde esses gestores poderão construir condições de desenvolvimento de Planos estratégicos de ação de políticas públicas alinhados aos Projetos e Programas disponíveis integrados aos ODS e as Secretarias fins.

Um dos elementos centrais do Plano Estratégico de ação de Políticas Públicas é a definição clara do público-alvo para os quais a ação primordial da Instituição está dirigida ou a quem esta se destina, de forma que pode envolver todos os setores administrativos de cada uma das Secretarias. Aliado a isso, definem-se as transformações (benefícios) que se pretende proporcionar nestes setores públicos, ou, em outras palavras, o resultado da atuação da Instituição da difusão dos ODS.

Nesse sentido, os benefícios correspondem à incorporação, pelos públicos-alvo, das entregas feitas pela Instituição/setores, de forma tal que, entes públicos possam ser influenciados (ou as suas ações são alteradas) por estas entregas.

7.1 Localização do Plano de Intervenção

O plano de intervenção deverá ocorrer no Município de Oiapoque/AP, abrangendo gestores das pastas de SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E OBRAS PÚBLICAS, após, será estendido a outras Secretarias e entidades da sociedade local e comunidades regionais situadas nas áreas rurais.

Na localização geográfica do município de **Oiapoque**, é o mais distante da capital do Estado do Amapá. E é também a principal referência nacional, quando se quer determinar os pontos extremos do Brasil (do Oiapoque ao Chuí).



Foto: Arquivo próprio (2018)

Este município foi criado pela Lei nº 7.578, de 23 de maio de 1945. Oiapoque é um rio que nasce na serra do Tumucumaque (ao norte do Brasil) e deságua no oceano Atlântico. Separa o Amapá da Guiana Francesa.

Por sua fronteira com Saint George, uma colônia francesa que serve de ponto de entrada para a Guiana (tanto por via aérea quanto marítima), Oiapoque está aos poucos perdendo as características de cidade provinciana. A vida social da cidade ganha status de metrópole. Por outro lado, a relação comercial do Oiapoque com os outros municípios do Estado do Amapá, torna-se cada vez mais intensa.

No Município de Oiapoque, o contato permanente entre franceses e brasileiros fez com que se criasse uma linguagem toda própria para a fronteira, até mesmo, como diriam os lingüistas, um novo idioma.

Um tanto afastados da vida da cidade, mas nela convivendo pacificamente, ainda sobrevivem índios das tribos Galibi, Caripuna e Palikur. O município situa-se a 500 Km de Macapá. Dispõe de um aeroporto e cinco campos de pouso.

Nas ações propostas para levar o conhecimento da Agenda 2030 e Os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis e 216 Metas será primeiramente a reunião com Gestores das pastas da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Obras Publicas onde será feito uma palestra sobre os ODS"s, e assim propor não só conhecimento, nesse sentido, a gestão do conhecimento surge com o objetivo de possibilitar a criação e o compartilhamento dos conhecimentos produzidos, enquanto, também mantém o olhar nos objetivos e metas propostas para cada gestor.

Dessa forma, o conhecimento se converterá em resultados dos processos de intercâmbio de ações e gestão de políticas publicas, não mais individuais, mas sim

organizacionais como um todo, de forma que proporcionará propagação do conhecimento nas esfera pública do município.

O ciclo de palestras para apresentação da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis alcançariam os atores inicialmente das áreas de Saúde, educação, meio ambiente e Obras Publicas.

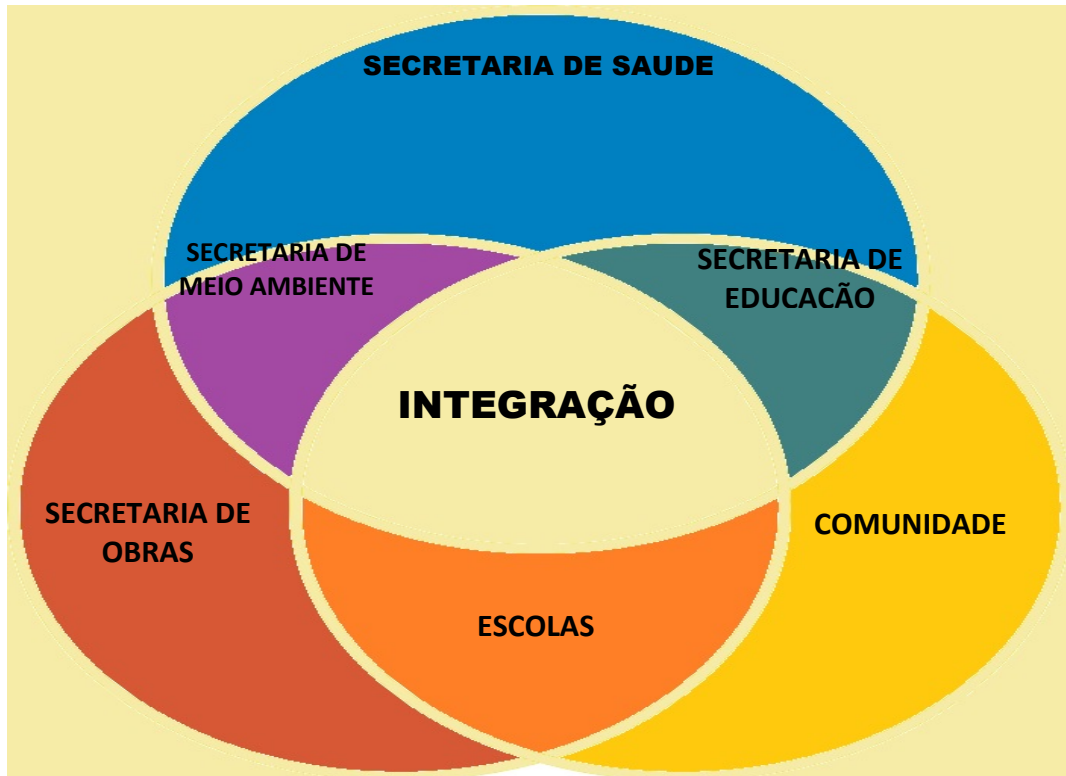
A preferência inicial para esse ciclo de palestras destes atores é porque conscientizando-os da importância de que seja feito uma ação conjunta para educar a população haverá melhoria da saúde pública, do meio ambiente em que vivem e reorganização urbana dos impactos ambientais.

De acordo com cronograma do Projeto de Intervenção a programação consta de ciclo de palestra que será realizado por especialista; propomos convidar a Escola Nacional de Administração Pública ou Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento/ONU.

Por outro lado propomos fazer parcerias com o Município de Barcarena, Estado do Pará para que técnicos do Município possam visitar e trazer os exemplos dos projetos já desenvolvidos e reconhecidos nacionalmente de desenvolvimento de projetos já vinculados aos ODS"s.

As ações propostas de integração para incorporação dos programas de governo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis deverá partir de 03 eixos de Planejamento que são: Proporcionar o Conhecimento da Agenda 2030 e ODS"s;Fazer diagnostico das ações municipais,já propostas mas não vinculadas; Fazer mapeamento para identificar os obstáculos e desafios para asações e observação de como se alcançará a transformação da gestão, em médio prazo, com visão de futuro, mediante a aceleração dos ODS e o desenvolvimento resiliente, inclusivo e integral destas ações devidamente organizadas.

Figura 3: Modelo de governança integrada para os ODS para o Município de Oiapoque-AP



Fonte: Construção Própria (2019).

A proposta de integração dos ODS na gestão de SAUDE e EDUCACÃO, MEIO AMBIENTE e OBRAS PÚBLICAS ocorrerá da seguinte forma: é necessário que a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e de obras Públicas criem uma equipe multidisciplinar para primeiro discutirem as principais ações integradas que perpassa por uma conscientização de que Educação Ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas, o que significa que, ao tratar de qualquer problema ambiental, deve-se considerar todas as dimensões sociais. Educando as pessoas resultará na melhora da qualidade de vida e conseqüentemente no meio ambiente em que vivem.

Como exemplo prático desta ação integrada, é no caso de, manter o ambiente habitacional limpo (meio ambiente), ameniza e evita-se uma série de doenças (Saúde); A conscientização (educação) com incentivo à população para ação conjunta da sociedade com apoio do ente público através de um mutirão de limpeza urbana (Obras Públicas) nas áreas urbanas e rurais, devidamente planejadas e integradas.

8 CRONOGRAMA

Ação	Responsável	Início	Término
Planejamento da Ação	Chefe de Gabinete e Especialista em Desenvolvimento Regional e ODS	01/10/2019	30/10/2019
Criação de GT – Grupo de Trabalho para estabelecer oficinas de capacitação	Chefe de Gabinete e Especialista em Desenvolvimento Regional e ODS	07/10/2019	11/10/2019
Publicação das datas das oficinas de capacitação gestores	Chefe de Gabinete e Especialista em Desenvolvimento Regional e ODS e GT	14/10/2019	31/10/2019
Início das capacitações de Gestores	Especialistas da ENAP/PNUD e Municípios com ações já reconhecidos	04/11/2019	15/11/2019
Oficina para elaboração de Plano de Gestão e integração do programas e Projetos com alinhamento aos ODS's	Chefe de Gabinete e Especialista em Desenvolvimento Regional e ODS e GT (Grupo de Trabalho)	18/11/2019	29/11/2019

9 RECURSOS NECESSÁRIOS

Descrição	Materiais/equipamentos insumos	Custos estimados
Oficinas e Palestras	Data show Notebook Caixa de Som Caneta Papéis – A4 Informativos - folders Copo descartável – pct com 100 und. Água Mineral – garrafão	R\$ 5.000,00
Locomoção	Veículo – tipo pick Combustível Motorista	3.000,00 (Combustível)

10 RESULTADOS ESPERADOS

Este Projeto de Intervenção versou sobre a disseminação da Agenda 2030 os ODS no município de Oiapoque – AP. Podemos mencionar que o projeto de intervenção construirá a integração das políticas públicas com objetivos e metas da Agenda 2030 os ODS com seus 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, as 169 metas e seus indicadores, bem como a implantação de políticas públicas

alinhadas a essa Agenda mundial, tendo como legado a conscientização dos atores e futuramente socializar e conscientizar a população sobre desenvolvimento sustentável nas três dimensões: Política, econômica e social.

REFERÊNCIAS

AGENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL – ODS – **Agenda 2030**. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Acesse este documento em inglês em <http://bit.ly/2030agenda>. Acesso em: 05 Ago. 2019.

BORGES, Luiz Mauricio Martins. **O Sentido da Integração da Política Pública do Brasil na América do Sul**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2013. Disponível em: file:///E:/TCC%20ENAP/BIBLIOGRAFIAS/Integração%20das%20políticas%20públicas_IPEA.pdf. Acesso em: 09 Ago. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). **Guia para Integração dos ODS nos Municípios Brasileiros**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2855>. Acesso em: 09 Ago. 2019.

DUNIA, Carmelatto et al. **Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 265-271 jul./dez. 2007. Disponível em: <file:///E:/TCC%20ENAP/BIBLIOGRAFIAS/Gestão%20de%20políticas%20públicas%20e%20intersetorialidade%20diálogo%20e%20construções%20essenciais%20para%20os%20conselhos%20municipais.pdf>. Acesso em: 17 Ago. 2019.

ESTRATÉGIA OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS. www.estrategiaods.org.br. Acesso em: 18 Ago. 2019.

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. **Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil**. Revista de Sociologia & Política. v.24, n.57, p.1, 2016. Disponível em: <file:///F:/TCC%20enap/BIBLIOGRAFIAS/>

desafios%20da%20integração%20anos%20novos%20(1).pdg.pdf. Acesso em: 19 Ago. 2019.

LEME, Taciana Neto. **Os Municípios e a Política Nacional do Meio Ambiente - Planejamento e políticas públicas - PPP**. n. 35, jul./dez. 2010. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/196/191>. Acesso em 17 Set. 2019

PRISCO, Tiago. Assistência social: **A política pública (inter)setorial**. Revista Gestão & Políticas Públicas. Contagem – MG. 2012. Disponível em: [file:///F:/TCC%20ENAP/BIBLIOGRAFIAS/A%20política%20pública%20\(inter\)setorial](file:///F:/TCC%20ENAP/BIBLIOGRAFIAS/A%20política%20pública%20(inter)setorial). Acesso em: 02 Ago. 2019.

PAMPLONA, L. M. P. Políticas públicas territoriais: uma agenda necessária para o desenvolvimento no século 21. **Inclusão Social**, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100975>>. Acesso em: 17 set. 2019.

NASCIMENTO, Sueli. **Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas**. Artigo. 2010. Disponível em: <file:///F:/TCC%20ENAP/BIBLIOGRAFIAS/Reflexões%20sobre%20a%20intersetorialidade.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2019.